



Aula 00

Trilha Estratégica p/ Ministério Público - Promotor de Justiça - 2020.2

Professor: Alex Fadel, Guilherme Carneiro de Rezende, Luis Eduardo, Renan Peron Fineto

TRILHA ESTRATÉGICA – MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Olá, futuros colegas!

Sejam bem-vindos(as) à **TRILHA ESTRATÉGICA REGULAR** para o **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**. É com imensa satisfação que damos início a essa Trilha tão aguardada e pedida pelos nossos alunos.

Mas como vamos passar vários dias juntos, ainda que virtualmente, permita-nos falar um pouco sobre nós:



Meu nome é Guilherme Carneiro de Rezende.

Sou Promotor de Justiça no Estado do Paraná, desde o ano de 2009. Antes, porém, ocupei os cargos, após aprovação em concurso público, de Oficial de Apoio Judicial, no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, de Defensor Público da União e de Procurador da Fazenda Nacional.

Sou professor de Processo Penal no Estratégia, na Escola da Magistratura do Paraná, e no Centro Universitário FAG.

Graduado pela Universidade Federal de Uberlândia, conclui três pós-graduações e atualmente curso mestrado na UNISINOS.

São mais de 15 anos dedicados ao direito, muitos dos quais integrando essa carreira fantástica, que é o Ministério Público.



Meu nome é Alex Fadel.

Sou Promotor de Justiça no Estado do Paraná, desde 2010. Antes da aprovação no MP-PR, advoguei e simultaneamente estudei para os concursos, tendo sido aprovado para analista do MPU e membro do MP-RR.

Atualmente, sou professor no Estratégia Carreiras Jurídicas, na Escola da Magistratura do Paraná e no Centro Universitário FAG.

Há 4 (quatro) anos atuo quase que exclusivamente na Vara do Júri na comarca de Cascavel/PR, razão pela qual atualmente conto com quase 500 (quinhentos) plenários realizados.

TRILHAS ESTRATÉGICAS – O QUE SÃO?

Mas antes de começarmos, deixe-nos explicar a você o que são as nossas **TRILHAS ESTRATÉGICAS**.

Trata-se, basicamente, de mais uma inovação que o **ESTRATÉGIA CARREIRAS JURÍDICAS** preparou para você!

As Trilhas Estratégicas são, em sua essência, um guia de estudos: toda semana, um pdf com orientações e tarefas é liberado na Área do Aluno do assinante e daqueles que compraram o respectivo Pacote do concurso.

Temos Trilhas para diversas áreas de concursos e para diversos cargos e certames específicos.

O objetivo é que o aluno tente estudar o que é proposto em cada PDF da Trilha em **1 semana**, conforme a periodicidade de liberação. Mas, como cada um possui a sua própria carga horária de estudos e níveis diferentes de preparação, o aluno pode fazer adaptações.

Hoje, quando fazemos Trilha para um cargo específico de um concurso, também liberamos essa Trilha não só para os assinantes (pois as Trilhas foram feitas originalmente para eles), mas também para os alunos do Pacote Completo do cargo.

Nossa **missão** com esse produto é a seguinte: por meio das trilhas, guiaremos os alunos focando sempre em um objetivo, no caso, a aprovação nos concursos do **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**.

Conte sempre conosco!

Guilherme Carneiro de Rezende



@guilhermec.rezende

Alex Fadel

1 – Como Funcionam

As Trilhas funcionarão da seguinte forma:

- Indicação de estudo por **Ciclos de Estudo**;
- **Sugestão das disciplinas** a serem estudadas em cada ciclo e momento da preparação;
- Apontamento da **seqüência de estudo** em cada disciplina;
- Foco no **custo x benefício** considerando o **conteúdo** e o **tempo** de preparação; e
- Apontamento de estudo de **teoria, exercícios, revisão, legislação e simulados**.

2 – Objetivo e Público-alvo da Trilha Regular

A presente Trilha Estratégica Regular **terá como objetivo elevar o nível de conhecimento dos alunos em um médio espaço de tempo**, desde que cumpridas as tarefas pertinentes, bem como que sejam realizadas revisões constantes e exercícios de forma frequente.

Dessa forma, o público-alvo deste trabalho são tanto os candidatos que ainda não fecharam um ciclo completo de estudos, mas também aqueles que eventualmente já concluíram pelo menos um ciclo de estudos, e que poderão pelas trilhas revisar o conteúdo completo dos principais editais do Ministério Público estadual.

Além disso, a forma das trilhas será feita de acordo com os programas de concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público, bem como levando em conta a probabilidade de cobrança de cada assunto, sempre observando o fator custo-benefício.

Por último e ao mesmo tempo por consequência, a presente Trilha Regular terá um quantitativo de tarefas elevado, considerando a abrangência do conteúdo e profundidade exigidas nos concursos do Ministério Público Brasil afora.

3 – Comunidade de Alunos

Para que os alunos possam receber dicas constantes e rápidas, nós temos a **COMUNIDADE DE ALUNOS DO CURSO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**.

Consiste em um canal no **Telegram** no qual você pode fazer a inscrição clicando no link azul logo abaixo:
Baixe o aplicativo no seu celular, cadastre-se no Telegram e, então, clique no link abaixo para se juntar à Comunidade de Alunos:



<http://bit.do/TRILHAS-MP>

Escolhemos o aplicativo do **Telegram** em virtude de diversos recursos que não temos no **Whatsapp**. Ela é a única plataforma que preserva a intimidade dos assinantes e que, além disso, possui recursos tecnológicos compatíveis com os objetivos da nossa Comunidade de Alunos.

Você pode usar o **Telegram** seguramente pelo aplicativo no seu celular ou direto pelo computador. Basta fazer o download do aplicativo no seu aparelho ou então acessar no computador através do link a seguir:

<https://web.telegram.org/>

Mas é importante fazer o cadastro no **Telegram** antes de clicar no link para se juntar à **Comunidade de Alunos**. Caso contrário, dará erro nesse procedimento, ok?

Te esperamos lá no **Telegram**!

TRILHA ESTRATÉGICA 00

Técnicas de Estudo

Algumas técnicas de estudo importantíssimas para que possamos atingir nossa meta:

1-) Organize o seu dia, a sua semana e o seu mês, separando tempo para estudar e tempo para os demais afazeres, de modo que quando estiver estudando, que se dedique 100% a essa missão, sem distrações.

2-) Dentro de seu tempo de estudo, organize-se para que consiga enfrentar todas as disciplinas, reservando mais tempo para as matérias mais “relevantes”, que são cobradas com maior profundidade e em quase todos os concursos (talvez você desvie o seu foco no trajeto e resolva prestar outros concursos. E uma vez aprovado, você pode se descobrir nessa outra carreira: tudo é possível): civil, processo civil, penal, processo penal, constitucional e administrativo.

3-) Organize seu material. Sugerimos que escolham e façam um bom curso (regular ou direcionado) e monte um bom material de estudo, completando-o com excertos de doutrina e jurisprudência, principalmente em temas mais profundos ou nos quais não se sentiu completamente seguro após a aula. Esse material irá condensar bastante informação e será lido e relido várias vezes.

4-) Caso opte por adquirir livros, escolha UM, dentre os manuais que reúnam informações de posicionamentos diversos de doutrina e jurisprudência, evitando os clássicos, que foram responsáveis por consolidar o que temos pronto hoje. Guarde-os para a sua atuação prática.

Dentro desse critério, importante também que faça a escolha, levando em consideração o seu gosto pessoal. Você deve se identificar com a linguagem e a diagramação utilizada pelo autor.

5-) Atualmente há várias videoaulas e muitos materiais escritos disponíveis na internet. Não caia na tentação de querer absorver tudo. Você perderá muito tempo em uma matéria e isso prejudicará o estudo das outras.

6-) Leiam lei seca, súmulas e informativos. Muitas provas cobram letra de lei e de enunciado sumular, principalmente em primeira fase.



O legislativo brasileiro é pródigo, portanto fique atento às novidades, que vezeiramente são cobradas, até para avaliar se o candidato está atento a temas atuais.

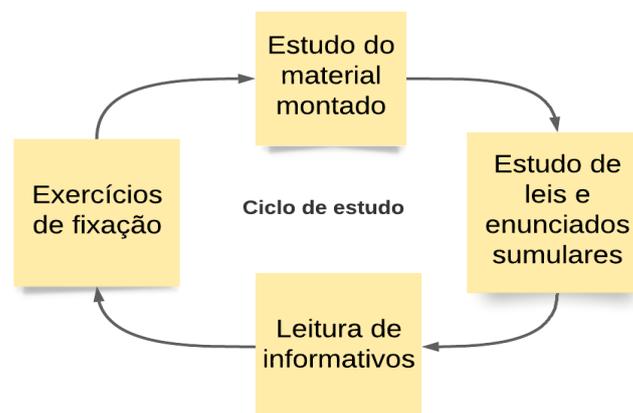
Busque conhecer o sistema. Ele se orienta pelos princípios por ele adotados. E a partir daí, domine conceitos básicos. Um engenheiro não saberia projetar um monumento grandioso, sem conseguir resolver cálculos básicos.

7-) Pratique. Faça provas. Pelo menos as últimas 5 provas organizadas pela instituição. Mas não deixe de prestar concursos. A aprovação soma pontuação na prova de títulos e isso pode significar uma melhora na classificação. Não obstante, às vezes, no caminho, você pode se encantar pelo cargo para o qual foi aprovado.

8-) Escreva. Escreva em papel, use caneta para treinar. Na prova você não disporá de computador. Além disso uma letra minimamente legível é fundamental para que se faça compreender.

9-) Na prova, organize suas ideias e as coloque em frases curtas. Sua redação deve ter começo, meio e fim. Demonstre conhecimento ao responder a questão, correlacionando a resposta com documentos internacionais, com a Constituição Federal. Lembre-se: A mulher de César, mais que honesta, deve mostrar que é honesta. O concursseiro, mais que saber, deve mostrar que sabe. Não tenha preguiça. Esse é o seu momento.

Lembre-se que o estudo se faz em ciclos, que devem contemplar repetições constantes para memorização do conteúdo!

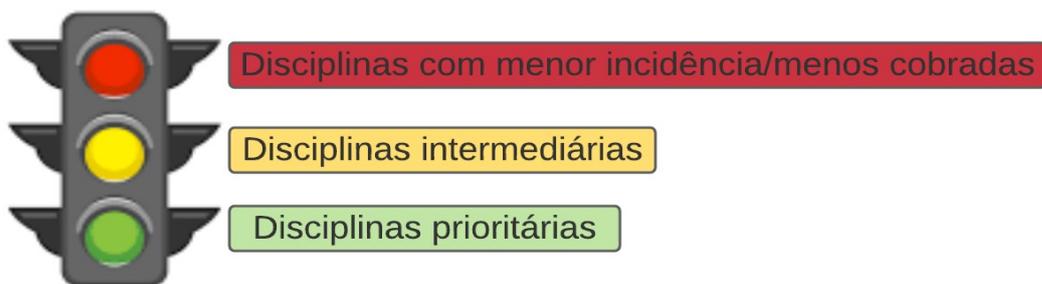


Iniciaremos nossos estudos considerando uma carga horária de estudos média em torno de **30 horas de estudo semanal, com 05 (cinco horas dia)**, totalizando aproximadamente **25 (vinte e cinco) tarefas por ciclo semanal**. Vamos deixar o **domingo e os feriados para descanso** e recuperar as forças afinal você não quer chegar cansado na hora da prova.

A você que não conseguir cumprir as horas diárias de estudo, seja por conta do trabalho, seja por conta de afazeres indelegáveis, reserve parte de seus domingos e feriados para a complementação de estudo, sendo importante manter uma certa cadência. **Lembre-se que nem sempre você acordará determinado e disposto, motivo pelo qual é importantíssimo que tenha disciplina.**

O segredo da aprovação é o equilíbrio, uma boa divisão entre estudos, família, trabalho e lazer são essenciais para a sua aprovação.

Assim, montamos um ciclo de estudos que divide as disciplinas em **três grandes grupos**, que vamos dividir por cores, como num semáforo:



Grupo verde 		
Disciplina:	Quantidade de aulas:	Quantidade de tarefas:
Penal	24	96
Processo Penal	20	80
Constitucional	17	68
Administrativo	22	88
Legislação penal e processual especial	27	108
Total	110	440

Grupo amarelo		
		
Disciplina:	Quantidade de aulas:	Quantidade de tarefas:
Civil	23	69
Processo Civil	27	81
ECA	11	33
Consumidor	4	12
Ambiental	15	45
Difusos	18	54
Direitos humanos	27	81
Total	105	315

* Direitos humanos: o conteúdo programático contempla temas sortidos, que não raras vezes são abordados e cobrados em direito constitucional e em legislação especial (civil e criminal).

* Alguns editais reúnem as disciplinas consumidor, ambiental, saúde pública etc num grande grupo denominado direitos material e processual coletivo. O estudo dessas matérias na grade do curso preparatório oferecido pelo Estratégia, por vezes é feita em outras matérias, como em direitos humanos, direito processual civil etc.

* Percebe-se uma tendência cada vez maior de cobrança de temas de direito material e processual coletivo, em detrimento do direito civil e processo civil (individual, por assim dizer), notadamente em decorrência da racionalização da intervenção do Ministério Público no processo civil.

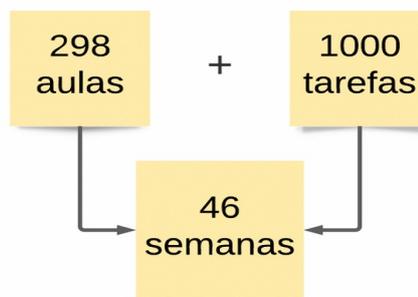
Grupo vermelho		
		
Disciplina:	Quantidade de aulas:	Quantidade de tarefas:
Legislação institucional	4	12
Previdenciário	9	18 (2x)
Legislação civil especial	16	32 (2x)
Eleitoral	24	48 (2x)
Tributário	14	28 (2x)
Execução Penal	7	21
Empresarial	9	27
Total	83	186



Em relação à **execução penal**, com o advento do Pacote Anticrime, que introduziu importantes alterações na disciplina, espera-se uma cobrança maior do tema nos próximos certames!

Vale registro que, por vezes, execução penal é cobrada como um tópico dentro do Direito Processual Penal.

Temos, portanto, um total de 298 (duzentos e noventa e oito) aulas e **aproximadamente** 1000 tarefas, que distribuiremos ao longo de 46 (quarenta e seis) semanas.



E como chegamos a esse número de tarefas? Não se trata de um critério meramente matemático!

As matérias do grupo verde conterão em número aproximado 4 tarefas, cada, ao passo que as do grupo amarelo e vermelho, apenas três ou menos, para que lhe sobre tempo para a leitura **atenta** dos informativos semanais/quinzenais. Isso baseado em sua incidência em concursos públicos para o cargo de membro do Ministério Público.

A divisão **não é aleatória**, muito pelo contrário, baseia-se na experiência dos autores, conjugando temas que guardam relação entre si, de um modo global, ou cuja combinação não represente sobrecarga ao aluno, por se tratar de tópicos de um estudo mais denso.

Mas por que 46 (quarenta e seis) semanas? Porque reservamos um total de 2 (duas) semanas entre natal e ano novo para o seu descanso, notadamente por conta das festas de fim de ano, que sabemos o ritmo de estudo diminui naturalmente, e outras 4 (quatro) semanas para que você se dedique a realizar revisões globais e conseguir se situar dentro do universo do estudo proposto, percebendo o seu avanço na compreensão dos temas e desempenho em simulados.

Essa avaliação é importante. Aliás, a autocrítica é fundamental a que possamos avançar qualitativamente nos estudos. De nada adianta estudar 80 (oitenta) horas semanais se esse estudo não for de qualidade. Essas “grandes revisões” permitirão com que você possa adaptar a sua rotina e metodologia para o período

vindouro.

Assim, além das revisões periódicas realizadas ao longo do ano, serão reservadas 4 (quatro) semanas de “revisão”. Não as ignore!



Além das tarefas semanais é **fundamental** a leitura dos informativos do STF e do STJ.

Se você ainda não está acostumado a estudar informativos, sugerimos que assista ao vídeo "**Como Estudar Informativos de Jurisprudência para Concursos**", com o Prof. Jean Vilbert, no Canal do Youtube, do Estratégia Carreiras Jurídicas. Basta clicar no nome do vídeo!

Sugerimos também que em cada disciplina e cada revisão leiam as **súmulas** correlatas, com a finalidade de memorizá-las.

Ao trabalho!

▪

Trilha Estratégica: Semana #00

O material de estudo consistirá em:

- 1 Aulas das Disciplinas do Pacote Completo do Ministério Público Estadual;
- 2 Legislação **atualizada**, que pode ser encontrada gratuitamente na internet;
- 3 Súmulas do STJ e do STF;
- 4 Cadernos de Questões;
- 5 Cursos Exclusivos de Assinantes;
- 6 Simulados Exclusivos de Assinante; e

Obs.: Para atingirmos o objetivo das trilhas, precisamos que você tenha os materiais constantes dos itens 1, 2 e 3 acima. Os demais seriam facilitadores ao longo da preparação. A ausência dos materiais 4, 5 e 6 não impede que você atinja o objetivo dessa trilha.

Porém, para que vocês conheçam esses materiais e entendam como eles podem facilitar o seu estudo, vamos dar uma breve explicação sobre cada um deles:

Cursos Exclusivos

São Cursos gravados exclusivamente para os nossos alunos assinantes. Mensalmente, aulas de diversos tipos de matérias e assuntos são disponibilizadas para que os alunos possam ter uma segunda opção ao curso inserido no Pacote regular.

Simulados Exclusivos

Mais uma ferramenta que é exclusiva dos assinantes. Teremos vários simulados elaborados de acordo com a estrutura e forma de cobrança da banca de vários concursos. O intuito é que o aluno possa realmente simular uma situação real de prova.

Trilhas de Disciplinas

Nessa **Trilha 00** vamos trabalhar com **três disciplinas do grupo verde**, **quatro do grupo amarelo** e **duas do grupo vermelho**. Pelo fato de ser o início dos estudos, percebam que os números de tarefas ficou alterado, *excepcionalmente*, em algumas disciplinas (penal, processo civil e eleitoral possuem mais tarefas neste ciclo, para fins didáticos, enquanto direitos humanos terá somente duas tarefas), ficando assim distribuídas:

Matéria	Aulas	Quantidade de tarefas
Grupo verde:		
Penal	1	6
Processo Penal	1	4
Administrativo	1	4
Grupo amarelo:		
Civil	1	3
Processo Civil	1	4
Difusos e coletivos	1	3
Direitos humanos	1	2
Grupo vermelho:		
Legislação institucional	1	3
Eleitoral	1	3
Total	9	32

TRILHA DE DISCIPLINA – MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
CURSO REGULAR

MATÉRIA: DIREITO PENAL

TAREFA 1

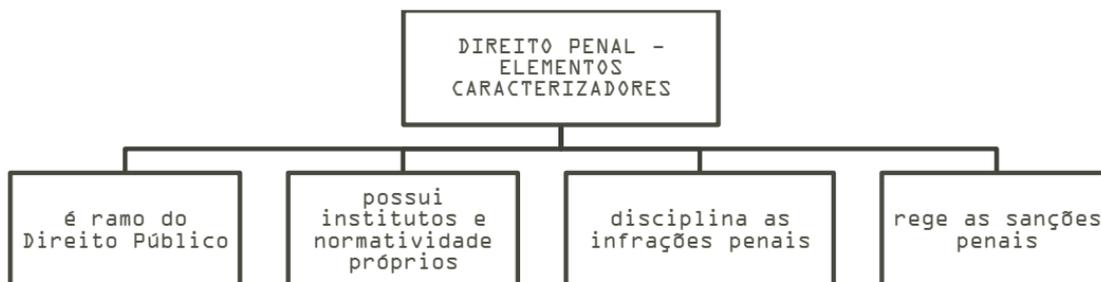
Direito Penal

Estudo da aula 00, leitura dos itens 1.3 ao item 2.4.6 da aula 00.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144574/aulas/1144267>

Futuros(a) promotores(a) de justiça, daremos início agora ao estudo da disciplina **Direito Penal**, tendo como referência o Curso Regular 2020.2. Essa aula é bastante introdutória, mas repleta de pontos importantes para o decorrer de todo o curso.

Primeiramente, no **item 1.3** (Conceito e Objeto), observe, desde logo, que o Direito Penal é a disciplina que **trata das sanções penais**, que envolvem as **penas e as medidas de segurança**. Regulamenta, portanto, a disciplina das infrações penais, gênero de que são espécies os crimes e as contravenções penais. Como todo ramo do Direito, é composto por regras e princípios, que compõem o conjunto das normas penais. Resumidamente:



Lembre-se que o Direito Penal também pode ser conceituado sob diferentes aspectos, quais sejam:

✓ **Formal ou estático:** Conjunto de normas penais, referindo-se ao chamado Direito Penal positivo ou objetivo.

✓ **Material:** Refere-se às condutas humanas que contrariam os interesses da sociedade e que, dada a sua gravidade, são reprimidas por meio de sua tipificação penal.

✓ **Sociológico ou dinâmico:** É tido como um dos instrumentos de controle social, por isso é aplicado às sanções mais graves, razão pela qual sua utilização deve ser reservada para se coibirem os comportamentos mais reprováveis do ponto de vista da sociedade.

Saiba diferenciar, ainda, Direito Penal, Criminologia e Política Criminal.

Estude as características do Direito Penal, dispostas no **item 2.3** da aula. Muita atenção ao conceito de **Direito Penal Simbólico**, que é aquele voltado a atender os reclames midiáticos, geralmente referentes a casos específicos utilizados para causar o clamor social. Passa-se para a sociedade uma falsa ideia de segurança pública, buscando manipular a opinião social.

Finalize a aula lendo o **item 2.4.6**, que versa sobre as Escolas Penais, atentando-se para o conceito da escola Clássica e Positivista, muito cobradas pelas bancas examinadoras. Após, resolva a **questão 24** da aula.

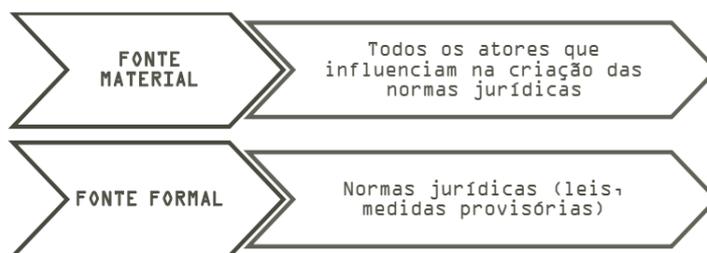
TAREFA 2

Direito Penal

Estudo da aula 00. Leitura dos itens 2.5 e 2.6. Resolução de 03 questões da aula.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144574/aulas/1144267>

Na presente tarefa, continuaremos o estudo da aula 00. Inicialmente, estude as fontes do Direito Penal (**item 2.5**), atentando-se para a diferença entre **fonte material e Formal**. Lembre-se que compete à União, de forma privativa, legislar sobre Direito Penal (art. 22, inc. I, CF). No entanto, lei complementar federal pode autorizar os Estados-Membros a legislar sobre questões específicas de Direito Penal, consoante prevê o artigo 22, parágrafo único, também da Constituição.



A fonte direta e imediata do Direito Penal é a lei. Lei, neste ponto, é vista de forma restritiva, de lei em sentido formal. Não se esqueça de que no âmbito do caso do Direito Penal, **só se admite a analogia in bonam partem**, isto é, para beneficiar o réu.

Atenção: É vedada a edição de lei delegada em matéria penal, por afetar direitos individuais. No que tange a Medida Provisória, não é possível que o Presidente da República edite uma medida provisória com a

previsão de um novo crime, por incompatibilidade da forma com o conteúdo. Todavia, cumpre ressaltar que há a controvérsia sobre a possibilidade de medida provisória dispor sobre Direito Penal, desde que se trate de norma penal não incriminadora.

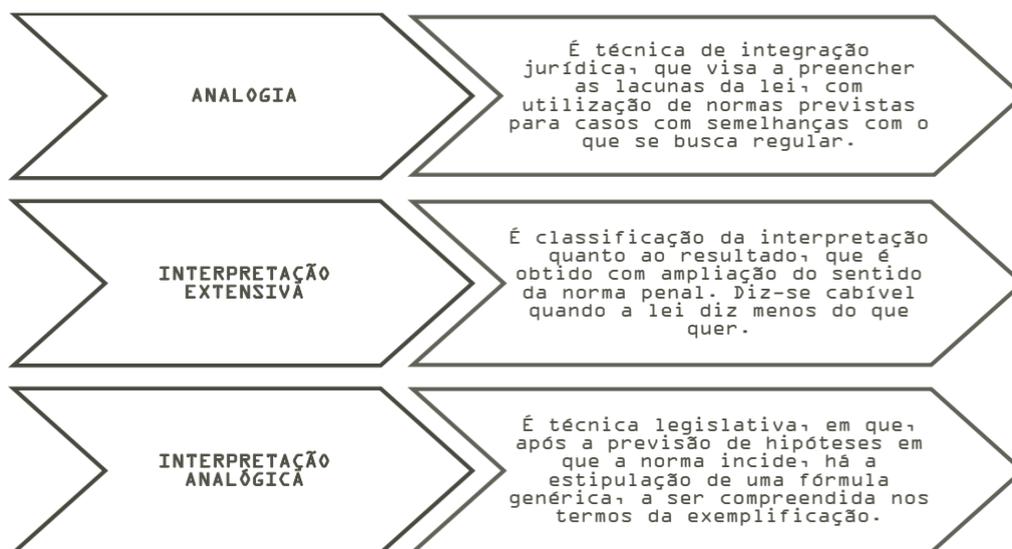
Dando continuidade, estude Interpretação da Lei Penal (**Item 2.6**), tema muito cobrado pelas bancas de concursos.

-Quanto à origem da interpretação (sujeito que interpreta a norma): autêntica ou legislativa, doutrinária ou científica e judicial ou jurisprudencial.

-Quanto ao meio (modo): pode ser gramatical, literal, filológica ou sintática; pode ser histórica; sistemática; lógica ou teleológica e, por fim, progressiva, adaptativa ou evolutiva.

-Quanto ao resultado: pode ser declarativa, restritiva ou extensiva.

Tenha atenção às diferenças entre: Interpretação Extensiva, Analogia e Interpretação Analógica. Resolva as questões propostas pelo professor ao longo da explicação teórica.



Por fim, faça as seguintes questões da aula: **03, 09 e 19.**

TAREFA 3

Direito Penal

Estudo da aula 00, do item 2.7 ao 2.8. Resolução de 04 questões do caderno do Estratégia Questões.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144574/aulas/1144267>

Inicialmente, iremos estudar as classificações das leis penais. Portanto, leia todas as págs. do **item 2.7** (Classificação das Leis Penais), revisando:

✓ **Lei penal incriminadora:** Prevê infração penal, seja um crime ou uma contravenção. Também chamada de lei penal em sentido estrito, ela estabelece os tipos penais e as sanções penais a eles cominadas;

✓ **Lei penal não-incriminadora:** Criminalizam condutas e se subdividem em:

-Permissivas: Veiculam permissão daquilo que, sem elas, seria considerado uma infração penal e sujeitaria seu autor a uma sanção penal. Dividem-se, ainda, em exculpantes (art. 26 do CP) e justificantes(art. 23, 24 e 25 do CP) .

-Explicativas ou interpretativas: são aquelas que trazem uma explicitação de conceitos, uma explicação para se melhor compreender as demais normas e permitir sua correta aplicação. Ex: art. 327 do CP

-Complementares: Possibilitam a aplicação das demais, possuindo a função de suplementá-las;

-De extensão ou integrativas: Aumentam a abrangência das demais.

Prosseguindo, estude as **velocidades do direito penal(item 2.8)**, pois esse tema pode aparecer na sua prova objetiva, discursiva e também na fase oral. Portanto, tenha bastante atenção!!!

-1ª VELOCIDADE: Diz respeito ao Direito Penal Tradicional, com valorização da pena privativa de liberdade e adoção do procedimento ordinário, com prazos longos e ampla oportunidade de defesa.

-2ª VELOCIDADE: há a valorização das penas alternativas ao cárcere, com abreviação d procedimento e flexibilização dos direitos e garantias dos acusados.

-3ª VELOCIDADE: é uma reunião das duas anteriores, com revalorização da pena privativa de liberdade, enquanto há uma flexibilização dos direito e garantias, com preocupação de uma punição ágil. Vincula-se ao Direito Penal do Inimigo.

-4ª VELOCIDADE: Refere-se ao Direito Penal Internacional, sendo um dos seus marcos a criação do Tribunal Penal Internacional pelo Estatuto de Roma.

Por fim, resolva 04 questões do caderno, a saber: **05, 18 e 20.**

TAREFA 4

Direito Penal

Estudo da aula 00. Leitura do item 2.9 e resolução de 09 questões da aula.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144574/aulas/1144267>

Na presente tarefa, iremos estudar a Lei Penal no Tempo (**Item 2.9**), sugiro que você leia todas as páginas do item em comento, pois esse tema tem alta incidência nos certames.

Inicialmente, lembre-se que no Direito Penal, a regra é a irretroatividade da lei penal mais gravosa, portanto a norma incriminadora não pode abranger fatos passados, com fulcro no inc.XL, art. 5º da CF e art. 1º do CP

A lei penal somente retroagirá para beneficiar o réu.

Além disso, atente-se aos seguintes conceitos abaixo:

✓ **Tempo do Crime:** É a definição de quando a infração penal foi praticada. CP adotou a **teoria da atividade**, pois considera que o crime foi praticado ao tempo da conduta, ou seja, ao tempo em que o agente agiu ou deixou de agir, sendo indiferente, neste âmbito, o momento do resultado, conforme art. 4º do CP.

✓ **Abolitio Criminis:** Cuida-se da descriminalização da conduta, ou seja, advém uma lei que deixa de prever aquela conduta como infração penal. Porém, os efeitos extrapenais permanecem, não sendo afetados.

-Muito cuidado: Não confunda *abolitio criminis* com a norma que revoga um tipo penal, mas passa a prever a mesma conduta como crime em outro dispositivo. Apenas a mudança da localização da previsão da conduta não gera a extinção da punibilidade. Cuida-se do **princípio da continuidade normativo-típica**, que ocorre justamente quando uma lei revoga o dispositivo que tipificava a conduta, mas a própria lei revogadora passa a prever a conduta como crime em outro dispositivo.

✓ **Novatio legis in melius:** É a nova lei que beneficia o agente, como, por exemplo, aquela que prevê uma pena menor que a anterior previa.

✓ **Novatio legis in pejus:** é a lei que de qualquer forma prejudica o réu. Como visto, vige o princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa, razão pela qual ela só vai incidir sobre os fatos praticados a partir de sua vigência.

Finalize estudando a situação **dos Crimes permanentes e Continuados**, que são aqueles cuja consumação se protraí no tempo. Deste modo, em caso de sucessão de leis penais no tempo, caso a execução prossiga, ultrapassando o início de vigência da nova lei, esta deve ser aplicável, independentemente de ser ou não favorável. Tal entendimento também é aplicado aos crimes continuados, com fulcro na Súmula 711 do STF.

"A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência".

Ao final, resolva as seguintes questões da aula: **01, 06, 07, 08, 12, 15, 17, 22 e 23.**

TAREFA 5

Direito Penal

Estudo da aula 00. Leitura do item 2.10 ao item 2.12. Resolução de 08 questões da aula.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144574/aulas/1144267>

Hoje, finalizaremos a aula 00 estudando as Leis de Vigência Temporária(**item 2.10**), que são aquelas instituídas para vigor em determinado período, conforme estabelecido no art. 3º do CP. Subdivide-se em:

✓ **Lei Excepcional:** É aquela produzida para durar durante determinada situação, determinado evento anormal, transitório.

✓ **Lei Temporária em Sentido Estrito:** É aquela produzida para durar por um determinado período de tempo, previsto em si mesma.

Importante: O STF entende que elas são compatíveis com a nossa Constituição.

Seguindo para o **item 2.11**(Lei Penal no espaço), também relevante, leia todas as páginas.

✓ **Lugar do Crime:** o Código Penal (art. 6º) adotou a **teoria da ubiuidade** para se definir o lugar do crime. Assim, considera-se praticado o crime tanto no lugar da conduta (ação ou omissão) quanto no lugar do resultado.

Atenção: A teoria da ubiuidade para definição do lugar do crime se aplica aos crimes à distância. São as infrações penais cujo iter criminis (caminho do crime, com suas fases de cogitação, preparação, execução, consumação e, ao final, pode haver o exaurimento) abrange mais de um país.

Não confundir os crimes à distância com os crimes plurilocais! Os crimes plurilocais são aqueles que percorrem, em sua prática, mais de um lugar, mas dentro do mesmo território.

Quanto à Territorialidade, é importante rememorar que o Brasil adota a **Territorialidade temperada**, pois a lei brasileira é aplicada aos crimes cometidos no território brasileiro, mas há aplicação excepcional da lei estrangeira em casos previstos em Tratados Internacionais.

Por outro lado, temos a extraterritorialidade, que se subdivide:

Incondicionada: A aplicação da lei brasileira não depende do preenchimento de nenhuma condição. As hipóteses estão previstas no artigo 7º, inciso I, do CP.

Condicional: A aplicação da lei brasileira depende de requisitos. Há as hipóteses do artigo 7º, inciso II, do CP, além dos casos arrolados no § 3º do artigo, 7º, também do CP.

Finalize a aula com **Direito Penal e o Estado Democrático de Direito** (item 2.12). Leia todos os artigos e incisos da CF indicados pelo professor na aula, pois são conteúdos cobrados nas provas constantemente.

Por fim, resolva as seguintes questões da aula: **02,04,10,11,13,14, 16 e 21.**

TAREFA 6

Direito Penal

Revisão da aula 00 e Resolução de 13 questões do Estratégia Questões.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144574/aulas/1144267>

Tarefa dedicada à **revisão da aula 00** através dos destaques da jurisprudência, de eventuais anotações, bem como dos grifos realizados.

Leia, ainda, do art. 1º ao 12 do Código Penal.

Ressalte-se que é muito importante que você tome nota das questões que errou para serem refeitas no momento da revisão. Além disso, marque as que acertou tendo dúvidas e, ainda, aquelas que considera ideais para revisão, por conterem conceitos importantes.

Por fim, resolva 13 questões do caderno do Estratégia Concursos, no link abaixo:

<https://questoes.estrategiaconcursos.com.br/cadernos/7427333d-bcdd-4cec-8baf-f873dd81a5e1>

MATÉRIA: DIREITO PROCESSUAL PENAL

TAREFA 1

Direito Processual Penal

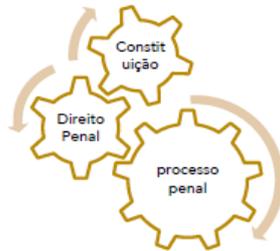
Estudo da aula 00, de “Introdução” a “Sistemas Processuais Penais”, inclusive; e resolução de 4 questões.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144575/aulas/1120874>

Pessoal, daremos início agora ao estudo da disciplina **Direito Processual Penal** para o **Ministério Público Estadual**, tendo como referência o **Curso Regular 2020.2**. Essa aula é bastante introdutória, mas repleta de pontos importantes para o decorrer do curso.

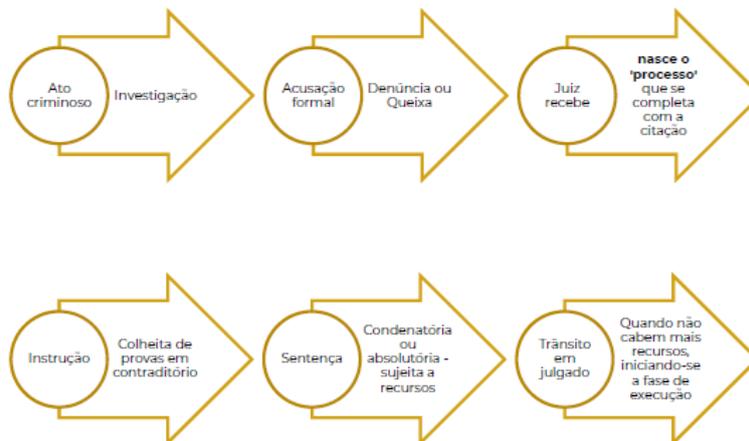
Por isso, no item **Introdução**, perceba, desde já, que a natureza jurídica do processo penal é objeto de intrigante divergência doutrinária, motivo pelo qual você precisa compreender o que pensam cada um dos doutrinadores expostos nesse conteúdo da aula.

Importante: aos olhos do acusado, o respeito à forma no processo penal representa a sua própria garantia. Por isso, prossiga com a leitura contínua deste trecho introdutório, o qual contém diversas passagens relevantes, sempre com base nos dizeres constitucionais. Leia a doutrina complementar com cautela.



Faça o estudo integral do item **Fontes**, oportunidade em que você precisará saber diferenciar as fontes formais e materiais, bem como a doutrina complementar e a jurisprudência pertinente.

Em seguida, você analisará os **Sistemas Processuais Penais**. Para tanto, tenha ciência de que os modelos mais conhecidos, em relação a esses sistemas, são o acusatório, o inquisitório e o misto; e que o processo penal é apenas uma fase do que a doutrina reconhece como persecução penal. O gráfico a seguir ilustra de forma bastante elucidativa esse ponto:



Dados os primeiros esclarecimentos, agora você deverá estudar detalhadamente as características dos **Sistemas Inquisitório, Acusatório e Misto**, sabendo, desde então, que a doutrina é divergente em classificar qual é o sistema adotado no Brasil. Diferencie, principalmente, os pormenores entre o Sistema Inquisitório e o Acusatório, disponível na tabela comparativa exposta ao longo da teoria desta tarefa.

Finalize com a doutrina complementar e a jurisprudência pertinente; e resolva as **4 (quatro) primeiras** questões disponibilizadas no subtópico **Questões com comentários**.

TAREFA 2

Direito Processual Penal

Estudo da aula 00, de “Princípios Fundamentais do Processo Penal” a “Princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas”, inclusive.

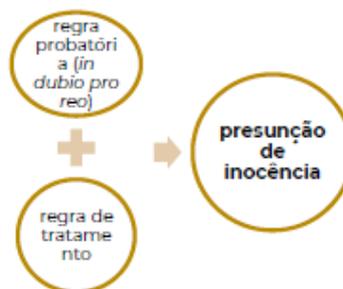
Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144575/aulas/1120874>

A partir da presente tarefa, o estudo será direcionado aos **Princípios Fundamentais do Processo Penal**, assunto bastante relevante principalmente pela exigência em provas de certame público.

O primeiro a ser analisado será a **Presunção de inocência ou da não culpabilidade**, proveniente da Constituição Federal, em seu art. 5º, LVII, e também da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, art. 8º.

Veja as conclusões decorrentes deste princípio:

- ✓ a restrição à liberdade do acusado antes da sentença definitiva só deve ser admitida a título de medida cautelar, por necessidade, segundo estabelece a lei processual;
- ✓ o réu não tem o dever de provar sua inocência – cabe ao acusador comprovar a sua culpa;
- ✓ para condenar o acusado, o juiz deve ter convicção (sem ‘fundada dúvida’) de que ele é responsável pelo delito, bastando, para a absolvição, a dúvida a respeito da sua culpa (in dubio pro reo).



Conforme as noções introdutórias das tarefas pretéritas, o estudo aqui também deverá ser completo, com o acompanhamento atento e conjugado entre a legislação pertinente, a doutrina e a grande carga jurisprudencial correlata.

Faça uma célere passagem pelo princípio do **Contraditório**, também decorrente da Constituição Federal e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Proseguindo, agora o foco será o princípio da **Ampla defesa**, de origem constitucional e do Pacto de São José Costa Rica. Em sua concepção moderna, a ampla defesa reclama, para sua verificação, a conjugação de três realidades procedimentais:

- I – O direito de informação;
- II – A bilateralidade da audiência (contrariedade); e
- III – O direito a prova legitimamente obtida ou produzida.

Estude integralmente os seus dois subitens, quais sejam: defesa técnica e defesa pessoal, verificando, após, a jurisprudência acerca do tema.

A seguir, direcione seus esforços para o princípio da **Publicidade**, o qual conta com robusta fundamentação constitucional e legal, sem prejuízo dos tratados e convenções internacionais correlatos existentes fora do país. Perceba que, assim como recorrentemente estudado em Direito Público, o princípio não se configura como de abrangência absoluta, possuindo exceções. Faça uso da doutrina complementar e da jurisprudência pertinente.

Em relação ao princípio da **Busca da verdade real**, é imperioso revelar que ele não encontra substrato normativo expresso e específico, sendo fruto do sistema, das regras e de outros princípios que norteiam o processo penal. Tem a ver com a maneira de adquirir o material probatório para o processo, e pode ser observado sob os seguintes aspectos:



Finalize a tarefa com a análise do princípio da **Inadmissibilidade das provas ilícitas**, previsto na Constituição Federal, em seu art. 5º, e no próprio CPP, art. 157. Aqui, temos como principal objeto de estudo a notória quantidade de jurisprudência firmada pelo STJ e STF.

TAREFA 3

Direito Processual Penal

Estudo da aula 00, de “Princípio do juiz natural” até o final da aula; e resolução de 5 questões.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144575/aulas/1120874>

Prosseguindo com o estudo dos **Princípios Fundamentais do Processo Penal**, reiniciaremos a análise criteriosa do princípio do **Juiz natural**, de origem constitucional, e que tem como premissa básica a condição de que a lei não pode criar órgãos jurisdicionais nem distinguir magistrados específicos para o julgamento de pessoas ou fatos determinados.

Súmula 704, STF: Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.

Logo em seguida, faça a leitura do trecho correspondente ao princípio **Contra a autoincriminação**, decorrente da Constituição Federal e de tratados internacionais já absorvidos pelo ordenamento jurídico pátrio. Apesar de fácil assimilação, há muita divergência doutrinária acerca de sua aplicação e alcance. Veja as prerrogativas conexas a este princípio:



Atenção aos subtópicos deste princípio: direito ao silêncio, prerrogativa de não praticar comportamento ativo incriminador, prerrogativa de não produzir prova incriminadora invasiva e etilômetro provas e penalidades nos crimes de trânsito e consequências do exercício do direito e a prática de outros crimes.

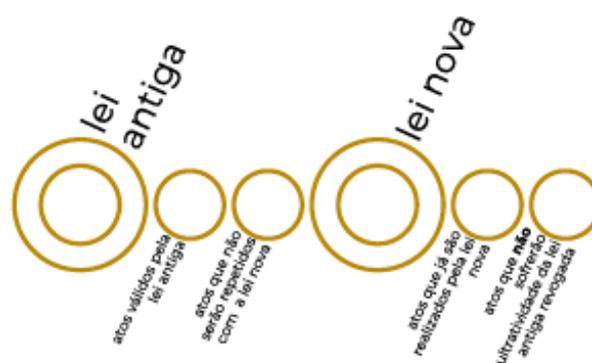
O último princípio desta aula – **Proporcionalidade** – não tem previsão expressa na Constituição, e decorre do Estado de Direito, do devido processo legal, da estrutura dos direitos fundamentais, da equidade, dentre outros postulados jurídicos. Apesar de implícito, é um dos mais importantes do Direito Público, no qual uma quantidade bastante expressiva de julgados é baseada.

Finalizaremos a teoria da **aula 00** com temas de muita importância no âmbito do processo penal. Primeiramente, você irá estudar a **Lei processual penal no espaço**, devendo, após, saber definir até onde as normas processuais vão, ou até onde elas chegam. Tenha em mãos, a partir deste momento, o Código de Processo Penal, que será a fonte principal de informações acerca do tema.

A doutrina geral e a complementar são de leitura obrigatória, bem como toda a jurisprudência firmada. Veja um exemplo:

Destaque-se: pela aplicação do princípio da territorialidade, não ficam excluídos da apreciação pelo Poder Judiciário brasileiro os crimes ocorridos no estrangeiro. O princípio aplicar-se-á sempre que o processo penal tramitar em território brasileiro, pouco importando se o fato nele discutido ocorreu total ou parcialmente no estrangeiro.

Após, dirija-se à leitura do tópico **Lei processual penal no tempo**, de larga utilização prática, principalmente no Brasil, onde a lei é alterada com frequência. A análise deve ser feita em relação a como as leis anteriores e posteriores se ajustam para que não haja incongruência sistêmica e tumulto processual.



Finalize com a **Interpretação da lei processual penal**, sua doutrina complementar e jurisprudência pertinente; e resolva as questões **5, 6, 7, 8 e 9**, disponibilizadas no subtópico **Questões com comentários**.

TAREFA 4

Direito Processual Penal

Resolução de 35 questões da aula 00.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144575/aulas/1120874>

Tarefa dedicada à resolução das questões ***10 a 44***, disponibilizadas no subtópico ***Questões com comentários***.

MATÉRIA: DIREITO ADMINISTRATIVO

TAREFA 01

Direito Administrativo

Estudo da aula 00, da pág. 5 a 37.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144555/aulas/1117670>

Pessoal, daremos início agora ao estudo da disciplina **Direito Administrativo**, tendo como referência o **Curso Regular 2020.2**. Essa aula é bastante introdutória, mas repleta de pontos importantes para o decorrer do curso.

Logo no início da aula, o Professor coloca um gráfico com a distribuição dos assuntos cobrados em prova. Perceba a importância, a partir desse gráfico, de cada uma das aulas que você estudará. Adianto, porém, que as variações de cobrança não são muito grandes, sendo que estamos lidando com Direito Administrativo, matéria que os examinadores exploram abrangentemente.

Caso você já estude, observe as provocações introdutórias do professor e tente responde-las. Nesse ponto, você já saberá em quais assuntos está mais fraco e pode dar atenção maior aos conteúdos em que possui maiores dificuldades.

Nos conceitos fundamentais, estudamos assuntos já bastante batidos para o aluno de Direito, porém muito importantes. Caso já os saiba profundamente, faça uma leitura rápida pausando nos pontos em encontrar dificuldades.

Faça essa leitura até o item sobre Direito público e Privado prestando atenção aos pontos que o professor destaca. Ele não os destaca deliberadamente. Geralmente são assuntos que caem muito em prova ou que são de difícil entendimento. Do mesmo modo, foque nas tabelas e gráficos colocados por ele.

Esse assunto é bastante inicial e tranquilo. Tente entender ao máximo sem precisar decorar, pois teremos muito assunto a decorar pela frente (rs).

TAREFA 02

Direito Administrativo

Estudo da aula 00, da pág. 37 a 69.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144555/aulas/1117670>

Iniciamos o estudo de Direito público e Privado, mais um assunto dominado pelos estudantes de direito. Para termos eficiência no uso de nosso tempo (que geralmente é curto), a recomendação para os próximos itens dentro do escopo de conceitos fundamentais. Preste atenção à seguinte imagem:



Perceba as diferenças entre Governo e Administração Pública. Muito desse contexto inicial de estudo não cai diretamente em prova, porém é ótimo para o entendimento de aulas futuras (e mais complexas).

Entramos agora em histórico do direito administrativo. Novamente é um assunto que ajuda o entendimento dos conteúdos a vir, leia rapidamente tentando entender os assuntos, mas não decore nada que o professor não destacar explicitamente. Deixe para verificar a importância de cada item durante a resolução de questões. Isso vale para os conteúdos de Direito Administrativo Frances e o histórico do Direito Administrativo Brasileiro.

TAREFA 03

Direito Administrativo

Estudo da aula 00, da pág. 69 a 102.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144555/aulas/1117670>

Iniciamos o estudo de das escolas do Direito Administrativo. Perceba como cada escola influenciou o direito brasileiro e como cada uma delas se comporta. Temos as escolas:

Escola Francesa, legalista, exegetica, empirica ou caótica

Escola da Puissance Publique

Escola do Serviço Público, de Bordeaux ou Realista

Escola do Bem Público

Critério da Diferenciação entre Atividade Jurídica e Atividade Social

Critério do Poder Executivo

Critério Técnico-Científico

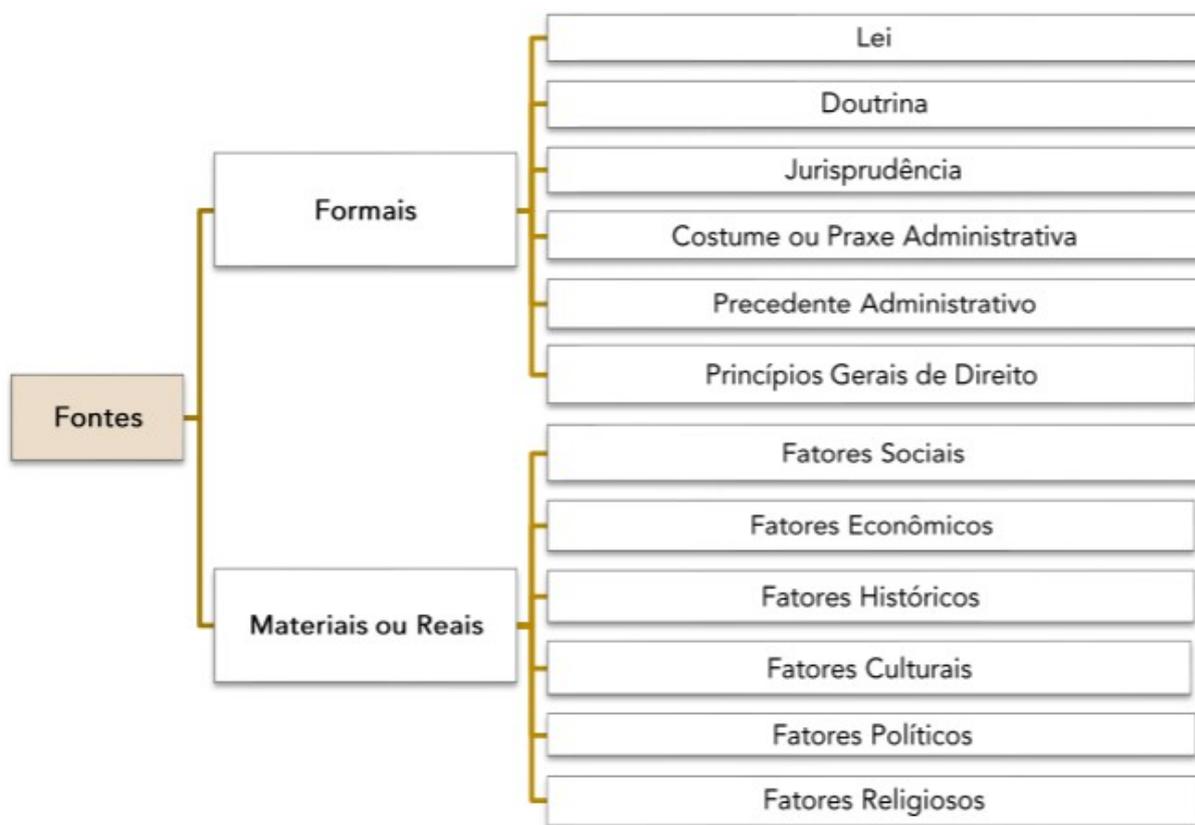
Critério da Administração Pública

Critério Finalístico ou Teleológico

Critério Negativo ou Residual

Cada uma dessas escolas tem suas características. Procure diferenciar uma das outras e entender como o nome delas (quando possível) se relaciona com cada uma dessas características. Isso pode ajudar o aluno a memorizar as diferenças, muitas vezes sutis, entre elas.

Partimos o estudo para as Fontes do Direito Administrativo, um assunto básico ainda, mas que começa a ter maiores cobranças em provas. Preste atenção à imagem:



Vamos continuar o estudo das fontes de direito administrativo iniciando com a Lei. Note o destaque do professor para o art. 6º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 na França:

A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de participar pessoalmente, ou por seus representantes, na sua formação. A Lei deve ser a mesma para todos, seja para proteger ou para punir.

Este ponto do estudo começa a tomar proporções muito maiores quanto à importância deles. Estudaremos:

Lei

Doutrina

Jurisprudência

Costume

Precedente

Princípios do Gerais do Direito

Cada um deles tem suas peculiaridades. Entenda MUITO bem a diferença entre eles e os aspectos que o professor destaca em seus gráficos.

TAREFA 04

Direito Administrativo

Estudo da aula 00, da pág. 102 a 137.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144555/aulas/1117670>

Iniciamos agora o estudo do Regime Jurídico do Direito Administrativo. Perceba os destaques constitucionais colocados pelo professor. É sempre importante conhecer a letra da legislação pois muitos examinadores insistem em cobrá-la de forma literal.

Dentre o Regime jurídico do Direito Administrativo, estudaremos a Supremacia do Interesse Público e a Indisponibilidade dele. Esses dois são pilares do Direito Administrativo, entenda-os profundamente.

Seguindo para os próximos itens, temos:

Legalidade

Impessoalidade

Moralidade

Publicidade

Eficiência

Participação

Proporcionalidade

Razoabilidade

Devido Processo Legal

Contraditório

Ampla Defesa

Segurança Jurídica

Motivação

Publicidade

Dividiremos estes itens em duas partes pelo tamanho do conteúdo. Estude até Publicidade e pause seu estudo.

Entenda muito bem todas as jurisprudências colocadas pelo professor. É importante que o aluno de carreiras jurídicas conheça diversas decisões, pois elas são recorrentes em provas.

MATÉRIA: DIREITO CIVIL

TAREFA 1

Direito Civil

Estudo da Norma Jurídica: Vigência, Conflitos, Interpretação e Integração da aula 00; e resolução de 17 questões.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144577/aulas/1117993>

O conteúdo da aula 00 do curso de Direito Civil para a Promotoria de Justiça, que aborda Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, tem uma **média** frequência em provas.

Nesta tarefa veremos do início da teoria até o tópico “4. Integração”. Leiam estas páginas com bastante atenção e façam as marcações para as futuras revisões. A seguir destaco alguns pontos deste conteúdo.

Importante! A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, doravante LINDB, é uma norma que condiciona a aplicação não apenas do Código Civil, mas de todo o ordenamento jurídico brasileiro, isso mesmo, inclusive da Constituição Federal, por isso é chamada de norma de sobredireito, metanorma ou *lex legum* (“lei das leis” em tradução livre).

A LINDB disciplina a vigência e a eficácia das normas jurídicas, regula o conflito de leis no espaço e no tempo, traz critérios de interpretação jurídica (hermenêutica jurídica), critérios de integração da ordem jurídica e regras de direito internacional privado e de direito público/administrativo.

Uma boa parte da cobrança da LINDB nos concursos costuma se dar sobre a literalidade da Lei, o que a transforma em um estudo estratégico ao qual você deve dar atenção, já que com o estudo de uma Lei curta pode-se gabaritar diversas questões da disciplina de Direito Civil. Por isso, sempre que o professor apontar algum artigo de lei no seu material, leia no *Vade Mecum* também para que você adquira familiaridade com o manuseio da Lei Seca, o que é muito importante para a realização da fase objetiva do concurso e facilitará a realização das fases discursiva e oral.

No tópico I.1 sobre Vigência, atente-se à diferença entre **validade** (harmonia existente entre a nova norma e o ditames constitucionais e infraconstitucionais para a sua criação), **vigência** (período de tempo em que a norma terá vigor), **eficácia** (possibilidade de produção de efeitos pela norma) e **vacatio legis** (intervalo de tempo entre a publicação e a entrada em vigor de determinada norma).

Uma norma tem caráter obrigatório, ou seja, é de imposição incondicional e independe de adesão do sujeito de direito, sendo plenamente eficaz mesmo contra sua vontade. Nesse sentido, o art. 3º a LINDB determina que “ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece”. Temos como exceção a aplicação do art. 8º da Lei das Contravenções Penais.

A **vigência** da norma respeita a vigência nela mesma estabelecida. Normas de pequena repercussão podem utilizar a cláusula “entra em vigor na data de sua publicação”. Nesse caso não há *vacatio legis*. Já normal de maior repercussão definem um prazo mais extenso para entrada em vigor. O art. 1º da LINDB define a regra

a ser aplicada quando a própria norma não definir o início da sua vigência. Atente-se à regra de contagem de prazo presente no art. 8º, §1º da LC 95/1998.

Decorre do art. 1º da LINDB a adoção do sistema sincrônico, ou seja, a norma tem vigência em todo o território nacional indistintamente. Entretanto, este sistema não é adotado para leis brasileiras que são admitidas em Estados Estrangeiros. Em regra, inicia-se três meses após oficialmente publicada.

A incidência tem como características: (a) incondicionalidade e (b) inesgotabilidade. Entenda esses conceitos!

No tópico 2 sobre **Conflitos**, atenção para as formas de perda de vigência da norma por meio de: 1) controle de constitucionalidade; 2) expiração do prazo de validade da lei; e 3) revogação.

De acordo com o art. 2º, §1º da LINDB, A lei posterior revoga a anterior também quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior. Portanto, a revogação não precisa ser expressa, pode ser tácita. A contrário senso, a lei posterior não revoga, necessariamente, a lei anterior, quando com ela não conflita ou não seja incompatível. Assim, de acordo com o art. 2º, §2º da LINDB, a lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

O art. 6º da LINDB determina que a modificação da Lei não pode violar o **ato jurídico perfeito**, o **direito adquirido** e a **coisa julgada**. Muita atenção às explicações destes institutos.

No tópico 3 sobre **Interpretação**, também chamada de hermenêutica jurídica, leia e releia o quadro sobre os critérios e formas de interpretação.

Cuidado com a diferença entre analogia, interpretação analógica e interpretação extensiva, bem como a diferença entre antinomia real e aparente, e a aplicação dos critérios cronológico, especial e hierárquico para a solução da antinomia aparente.

Entenda a diferença entre as cláusulas gerais e os conceitos jurídicos indeterminados.

Boa parte da doutrina admite a possibilidade de o julgamento por equidade ser *contra legem*. Entretanto, não se admite que a decisão por equidade seja contrária à Constituição ou à Ordem Pública.

A interpretação deverá levar em conta as eventuais **antinomias** do ordenamento. Entenda as situações possíveis de antinomia (aparentes, reais, própria, imprópria, de princípios, de valoração, teleológicas, de direito interno-internacional, total-total e total-parcial).

No tópico 4 são apresentados os métodos de **integração** do ordenamento jurídico (analogia, costumes e princípios gerais do direito) descritos no art. 4º da LINDB, utilizados pelo operador do direito quando há lacuna na lei.

Importante! Atente-se à diferença entre métodos de integração e métodos de interpretação das normas jurídicas. A analogia, os costumes e os princípios gerais de direito indicados no art. 4º da LINDB, não são ferramentas de interpretação, mas sim de integração, de colmatação, de preenchimento dos vazios, das lacunas deixadas pelo legislador. Os métodos de interpretação estão no art. 5º, são eles os fins sociais a que a lei se dirige e exigências do bem comum.

Atenção! Apesar de o rol de métodos de integração do art. 4º da LINDB ser taxativo, a doutrina moderna aponta que o art. 140 do CPC estabelece como novo método de integração de lacuna a equidade.

Para finalizar esta tarefa, resolva as questões comentadas de número 1 a 17, lendo a correção daquelas que errar ou ficar em dúvida. Marque os principais exercícios, aqueles difíceis ou que envolvam várias assuntos da teoria, para usar no processo de revisão. Importante que poucos exercícios sejam selecionados.

TAREFA 2

Direito Civil

Estudo da LINDB: Direito Internacional Privado, Direito Público, Teoria Geral do Direito Civil e o Direito Civil no Sistema Jurídico da aula 00; e resolução de 14 questões.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144577/aulas/1117993>

Nesta tarefa concluiremos o estudo da aula 00 através da leitura dos tópicos “II. Direito Internacional Privado” a “O Direito Civil no sistema jurídico”. Leiam estas páginas com bastante atenção e façam as marcações para as futuras revisões. A seguir destaco alguns pontos deste conteúdo.

Veja no tópico II que para o Direito Internacional Privado o Direito brasileiro adota a doutrina da Territorialidade Moderada. Ou seja, a LINDB aplica, ao mesmo tempo, o princípio da territorialidade, como nos arts. 8º e 9º, e o princípio da extraterritorialidade, como nos arts. 7º e 10).

Destaca-se nesse ponto da matéria a sentença estrangeira de divórcio consensual simples, a qual produz efeitos no Brasil independentemente de homologação pelo STJ (art. 961, §5º, CPC). O divórcio consensual não pode tratar de temas como guarda dos filhos, alimentos, partilha de bens, conforme estabelece o Provimento 53/2016 do STJ. Não deixe de entender bem a regra geral e a exceção quanto ao divórcio realizado no estrangeiro por cônjuge brasileiro.

As autoridades consulares brasileiras são competentes para celebrar o casamento e os demais atos de Registro Civil e de Tabelionato de brasileiros no exterior (art. 18, LINDB).

Muita atenção aos arts. 7º a 10, pois são frequentemente cobrados em prova!

No tópico III sobre Direito Público vemos algumas regras sobre segurança jurídica na criação e interpretação dos direito pelos órgãos públicos nas áreas administrativa, controladoria e judicial. Agora você deverá ler do art. 20 até o 30 da LINDB atentamente, pois a matéria é nova, foi incluída pelo Legislador no ano de 2018 e nós sabemos o examinador adora novidades legislativas.

No tópico sobre Teoria Geral é importante absorver os conceitos das **fontes primárias** do direito: lei, jurisprudência e tratados internacionais; e das **fontes secundárias**: costume, doutrina, princípios gerais do direito, analogia e equidade.

Dentre estas fontes, tenha uma atenção especial aos costumes. Os *praeter legem* (conforme o Direito) são aplicáveis de maneira integrativa, na omissão da lei. Já os costumes *contra legem*, ao contrário, são inaplicáveis, ainda que omissa a lei.

No tópico 3, preste atenção à edição do Código Civil de 2002, coordenado pelo jurista Miguel Reale, autor da importante Teoria Tridimensional do Direito, onde o direito é composto pelo tripé: fato, valor e norma.

Importante! Memorize as quatro diretrizes teóricas do Código Civil de 2002 apontadas por Judith Martins-Costa: Socialidade, Eticidade, Operabilidade ou Efetividade e Sistemacidade.

Complementando o estudo teórico, leia os tópicos “Jurisprudência Correlata” e “Jornadas de Direito Civil”.

Para finalizar esta tarefa, resolva as questões comentadas de número 18 a 31, lendo a correção daquelas que errar ou ficar em dúvida. Marque os principais exercícios, aqueles difíceis ou que envolvam várias assuntos da teoria, para usar no processo de revisão. Importante que poucos exercícios sejam selecionados.

TAREFA 3

Direito Civil

Revisão da aula 00; e resolução de 19 questões.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144577/aulas/1117993>

Primeiramente, leiam o material de revisão de vocês. Leiam apenas aqueles grifos e anotações que fizeram na teoria da aula 00 e o tópico “Resumo” do PDF. Leia também o enunciado e a correção dos exercícios selecionados para revisão. Veja, não é para refazer, apenas ler.

Agora, resolvam os exercícios do seguinte caderno de questões: <https://bit.ly/2C6avz7>

MATÉRIA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TAREFA 1

Direito Processual Civil

Estudo da aula 00, da pág. 13 a 39.

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144567/aulas/1122422>

Vamos dar início ao estudo do Direito Processual Civil para os concursos de Ministério Público.

Com efeito, os pontos tratados na aula 00 são de extrema importância para absorção dos conceitos basilares e dos princípios norteadores do processo civil. É uma aula bastante introdutória, mas repleta de pontos importantes para o decorrer do curso.

Em relação as considerações iniciais, rápida leitura para que possa estar atento aos títulos do CPC/2015.

Em seguida, vale a pena ler a divisão trazida entre os ramos do direito em público e privado. Isso porque, estamos aqui dentro de direito público. Guarde tal classificação.

Seguindo, leitura obrigatória dos três critérios referentes a identificação do direito processual civil como do ramo público. Grave, também, o fato de o direito processual civil conter a regulamentação da função jurisdicional estatal.

Ademais, importante verificar os conceitos doutrinários referentes ao processo civil, sem prejuízo de decorar os objetos de estudo do direito processual civil contidos em fluxograma trazido pelo professor, quais sejam: 1) Jurisdição; 2) Processo; 3) Ação; 4) Tutela. O importante é saber o que será estudado em cada elemento.

Entrando no tópico sobre história do direito processual civil, faça uma linha do tempo em seu material para que possa identificar a evolução da disciplina, gravando, primeiro, o que em cada momento era abordado e quais críticas a tais modelos foram feitas. O mais importante aqui são as fases do instrumentalismo e do neoprocessualismo.

Passando ao neoconstitucionalismo, primeiro grave o histórico em um pós segunda guerra mundial. Em seguida, a ideia central que deve permear o estudo de vocês é que: 1) a constituição federal foi elevada a norma fundamental, ou seja, ganha status de norma fundamental; 2) há uma expansão da jurisdição constitucional; 3) há uma nova forma de interpretação constitucional, sendo certo que os preceitos e garantias constitucionais possuem observância obrigatória nas demais áreas do direito, inclusive o processual civil. Leia o tópico sobre marco teórico.

Tema interessante e obrigatório se dá no quadro sobre repercussões do neoconstitucionalismo no Brasil. Decore o quadro, pois certamente irá ajudá-lo. Dentro da teoria das fontes do direito, ponto crucial é entender a diferença entre princípio e regra, entendendo cada qual como mandamentos de otimização e de determinação respectivamente.

Ponto de extrema importância é a forma de solução de antinomias em se tratando de conflitos entre regras e conflitos entre princípios. Fiquem atentos a sistemática da ponderação e a subdivisão do princípio da

proporcionalidade. Rápida leitura sobre a questão da jurisprudência como fonte de direito e da técnica legislativa.

Quanto à distinção entre texto e norma, basta entender que a norma é a forma de interpretação de um texto normativo, sendo o sentido a que se dá este último. Por último, no que concerne a relação entre direito processual civil e constitucional, recomenda-se a leitura integral do tópico já que rico em detalhes e com possibilidade de cobrança em provas.

TAREFA 2

Direito Processual Civil

Estudo da aula 00, da pág. 39 a 78.

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144567/aulas/1122422>

Na tarefa passada vimos a importância da divisão em ramos do direito em público e privado, estando o processo civil incluído no primeiro e os critérios que justificam tal classificação. Em seguida, citamos o objeto do estudo de direito processual civil que inclui: 1) Jurisdição; 2) Processo; 3) Ação; 4) Tutela. Por último, falamos sobre as fases do direito processual civil e a importância do estudo de neoconstitucionalismo e as matérias aí pertinentes.

Na presente tarefa, trataremos sobre as fontes do direito processual civil, iniciando pelo conceito de fonte, temos o local e modo de surgimento de determinada disciplina, no caso, o processo civil e o que realmente é importante para tal matéria.

Em relação a classificação das fontes e considerando que o objetivo do trabalho aqui desenvolvido é identificar os pontos mais importantes da disciplina, tenha em mente que as fontes formais são aquelas oriundas do Estado, mediante processo formal.

Quanto às fontes materiais, tratam-se de outros fatores que levam a elaboração da norma, como temas políticos, históricos, sociais, como trazido pelo professor.

Em seguida, vale a pena ler o fluxograma trazido pelo professor sobre fontes materiais e formais, assim como o quadro de divisão entre doutrina clássica e moderna. Outro ponto importante é saber diferenciar analogia x costumes x princípios gerais do direito x costume.

Percebam que o mais importante no tópico sobre fontes é saber o que é efetivamente aplicável na prática no direito processual civil.

Nos tópicos sobre competência para criação do direito processual civil e medida provisória no processo civil basta a leitura dos artigos trazidos.

Em relação a interpretação do direito processual civil, entenda o que é cada forma de interpretação e guarde consigo o quadro resumo de cada classificação para fins de lembrança e revisão. Tais temas também são vistos e explorados na matéria de direito constitucional, logo uma leitura atenta é suficiente.

No que concerne a integração do direito processual civil, leitura obrigatória do art. 140, CPC/2015, sendo a integração a atividade de suprir lacunas.

Em relação a lei processual civil no tempo e no espaço, tratam-se de temas que certamente serão cobrados em sua prova. Nesses casos é recomendável realizar, primeiro a leitura dos dispositivos que regem o tema e em segundo momento a leitura integral dos tópicos.

Por fim, quanto ao histórico e exposição de motivos, a recomendação é de que a leitura deve ser breve, considerando que não tem sido tão comum a sua cobrança. No entanto, não deixe de visualizar a divisão dos títulos ao fim do capítulo.

TAREFA 3

Direito Processual Civil

Estudo da aula 00, da pág. 78 a 122; leitura dos arts. 1º ao 15 do CPC/15.

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144567/aulas/1122422>

Na última tarefa trabalhamos o estudo das fontes do direito processual civil que são divididas em formais e materiais. Em seguida, vimos que sobre a temática de criação do processo civil e da medida provisória em processo civil, bastaria a leitura dos dispositivos. Por fim, foi falado um pouco sobre interpretação e foi recomendada a leitura integral dos tópicos sobre lei processual civil no tempo e no espaço, sem prejuízo de uma breve leitura sobre a exposição de motivos.

Nesta tarefa vamos falar sobre os princípios aplicáveis sobre o processo civil. Primeiro, entenda que princípios são mandamentos de otimização que devem ser cumpridos de acordo com as situações fáticas e jurídicas.

Mais uma vez, leia o tema sobre conflitos de regras e princípios e principalmente as formas de solução que já foram tratadas em primeiro plano. Interessante ler nesse ponto o **art. 489, CPC/2015**.

O mais importante nessa parte da aula é: 1) Gravar o conceito do princípio estudado; 2) Previsão legal (acompanhe a leitura do CPC); 3) Forma de aplicação; 4) Posicionamento dos Tribunais Superiores sobre o respectivo.

Iniciando com o devido processo legal, primeiro grave sua previsão no ordenamento e o histórico/origem. Entenda em seguida que o respectivo tem como característica ser uma cláusula geral tendo um conceito efetivamente aberto e sendo aplicável, inclusive, no campo privado como traz o professor.

Ponto importante é a subdivisão do princípio em devido processo formal e material. No campo formal é justamente o respeito a garantias, enquanto no material é a fonte dos deveres de razoabilidade e proporcionalidade, como descreve o professor.

Passando ao contraditório, grave, primeiro, sua previsão legal e em seguida as dimensões em formal e material. O mais importante, em verdade, são as mitigações ao princípio, sendo estas que serão cobradas em sua prova. Muita atenção e leitura integral.

Em relação à ampla defesa, considerando a quantidade de páginas reduzidas, leia de forma integral. No que tange à inafastabilidade da jurisdição, aqui, grave sua previsão legal e atente-se para as restrições/exceções que podem ser questionadas. Importante a posição do STF no RE 63.240 e o entendimento da constitucionalidade da lei de arbitragem.

Quanto à duração razoável do processo, entenda sua previsão legal, bem como seu conceito e o que seria razoável para a duração de um efetivo processo. Grave as questões interessantes trazidas pelo professor. Em relação a dignidade da pessoa humana e isonomia, faça uma leitura breve, já que temas incluídos em direito constitucional com maior profundidade.

Em relação a cooperação, vale a pena a leitura do **art. 6º, CPC/2015** e as quatro vertentes em relação ao modo de agir do juiz.

Por fim, em relação aos demais princípios, não que não sejam importantes, mas considerando o fator custo benefício do material e as demais aulas, recomenda-se uma breve leitura sobre os dispositivos em que estão previstos, dos respectivos conceitos e eventuais posicionamentos de Tribunais Superiores trazidos pelo professor.

TAREFA 4

Direito Processual Civil

Resolução de questões ao final da aula 00.

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144567/aulas/1122422>

Finalizamos o estudo da aula 00. Hora de treinar!

Faça os seguintes exercícios: 01; 02; 07; 08; 09; 10; 11; 13; 14; 15; 16; 17; 18; 19; 20; 21; 22; 23; 25; 27; 32 e 33.

Por fim, leia o resumo ao final do capítulo.



MATÉRIA: DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

TAREFA 1

Direitos Difusos e Coletivos

Estudo da aula 00, págs. 10 a 30.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144554/aulas/1122326>

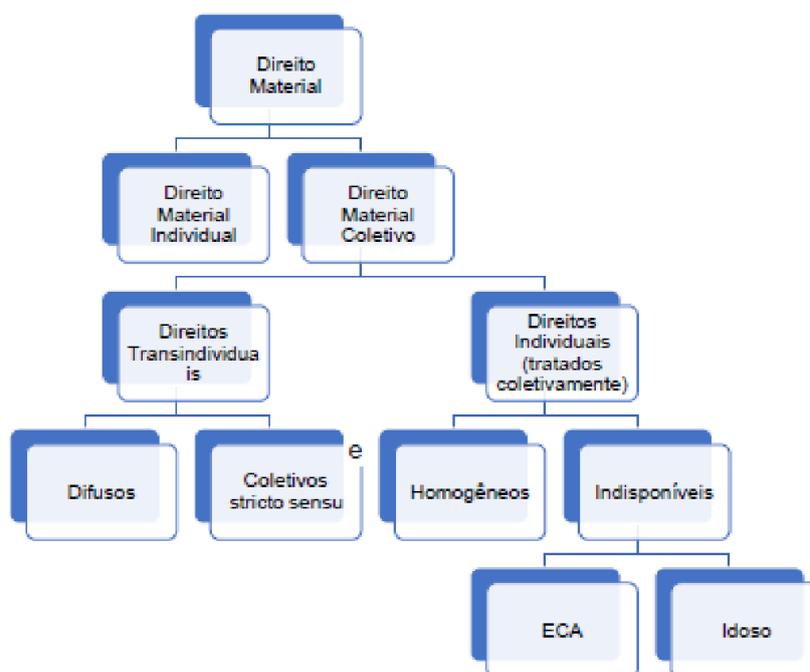
De início, entenda os critérios utilizados para separação entre direito privado e direito público.

Compreenda os conceitos de Direito Processual Civil apresentados pela 1ª e pela 2ª corrente.

Entenda o conceito de Direito Processual Civil: ramo do direito público consistente no conjunto de normas (regras e princípios) que regulam a função jurisdicional, o exercício da ação e o processo, com o fim de prestar a tutela devida em face de uma pretensão civil.

Compreenda que, segundo a doutrina majoritária, processo coletivo é um ramo autônomo, não se confundindo com o Processo Civil, buscando entender o que dizem as diferentes concepções.

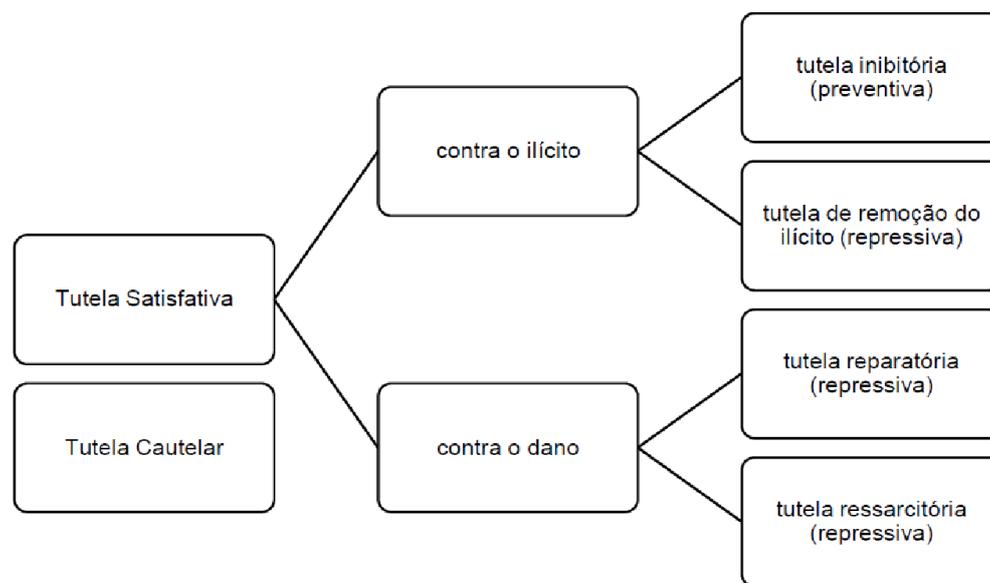
Memorize o esquema a seguir:



Estude com atenção a nova conceituação criada por Edilson Vitorelli (Litígios transindividuais globais x locais x irradiados).

Entenda que, enquanto a tutela **satisfativa** pode proporcionar tanto uma tutela contra o ilícito (preventiva ou repressiva) como uma tutela contra o dano (repressiva), a tutela **cautelar** é sempre uma tutela contra o dano.

Memorize o esquema a seguir:



Compreenda os conceitos de Tutela Individual e de Tutela Coletiva.

Estude com atenção as três principais ações coletivas.

TAREFA 2

Direitos Difusos e Coletivos

Estudo da aula 00, págs. 30 a 51.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144554/aulas/1122326>

De início, faça uma leitura expedita sobre como os direitos humanos chegaram no século XX.

Depois, memorize as 5 Gerações ou Dimensões dos Direitos Humanos e entenda as críticas sofridas pela teoria geracional. Resumidamente, temos que:

1ª Geração: Engloba os direitos de liberdade, representados pelos direitos civis e políticos, que se consubstanciam em “prestações negativas” ou “direitos de defesa”, nas quais o Estado deve proteger a esfera de autonomia do indivíduo.

2ª Geração: Engloba a igualdade material, os direitos sociais, econômicos e culturais.

3ª Geração: São aqueles titularizados pela comunidade, em manifestação da solidariedade social (fraternidade).

4ª Geração: Resultou da globalização dos direitos humanos, correspondendo aos direitos de participação democrática (democracia direta), direito ao pluralismo, bioética e limites à manipulação genérica.

5ª Geração: Paulo Bonavides ainda sugere uma quinta geração de direitos humanos composta pelo direito à paz em toda a humanidade.

Compreenda as 4 fases em que a doutrina divide a história do Direito Processual Civil, buscando entender também as críticas a cada uma delas.

Perceba que são esses os pontos exatos que diferenciam o Processo Coletivo do Processo Individual:

i- Legitimidade, pois ela é, em regra, extraordinária, em que um terceiro (ex: MP, Defensoria, Administração Pública etc.) pleiteia algo em nome próprio, mas para defender interesse alheio.

ii- O objeto do processo coletivo, composto pelo direito coletivamente considerado;

iii- A coisa julgada, pois o provimento jurisdicional que atingirá uma coletividade, um grupo ou um determinado número de pessoas (há coisa julgada erga omnes e ultra partes).

TAREFA 3

Direitos Difusos e Coletivos

Estudo da aula 00, págs. 51 a 75.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144554/aulas/1122326>

De antemão, é importante frisar que não há um movimento neoconstitucional uníssono, pois essa vertente intelectual é composta de uma diversidade de posições filosóficas e políticas.

Compreenda a divisão do Neoconstitucionalismo apresentada pelo Min. Barroso.

Decore: Enquanto os neoconstitucionalistas defendem uma interpretação que reforce o papel do Judiciário no Estado Contemporâneo, escudando um papel de garantidor e concretizador dos princípios e garantias fundamentais constitucionais, os pós-positivistas, a seu turno, seriam apenas aqueles que acreditam que há uma conexão necessária entre o Direito e a Moral.

Doutro lado, há juristas pós-positivistas (partidários da existência de alguma ligação entre Direito e Moral), mas pertencentes ao procedimentalismo, como Habermas (teoria do discurso) e John Hart Ely, que entendem que a jurisdição constitucional deve exercer um papel de controle da democracia representativa, verificando somente se as “regras do jogo” democrático estão sendo cumpridas. Não defendem uma atuação reforçada do Poder Judiciário no Estado Contemporâneo.

Memorize as 9 repercussões do neoconstitucionalismo no Processo Civil e Processo Coletivo, buscando compreender cada uma delas.

Entenda que o processo tem que ser construído de acordo com os direitos fundamentais (dimensão objetiva) e, além disso, tem que servir como instrumento para bem tutelar os direitos fundamentais (dimensão subjetiva).

Compreenda que, com a rejeição da necessidade do formalismo jurídico positivista, com a concepção de força normativa da Constituição, máxima efetividade dos direitos e garantias fundamentais etc., questões de interesse predominante do Poder Executivo - como a implementação de políticas públicas e de direitos sociais - passaram a fazer parte da esfera de atuação do Poder Judiciário, reforçando, sobremaneira, o seu papel constitucional. Nessa quadra, é importante perceber uma excessiva judicialização, bem como um maior ativismo judicial. Memorize a crítica feita atualmente ao Neoconstitucionalismo, visto que é alvo frequente em provas.

MATÉRIA: DIREITOS HUMANOS

TAREFA 1

Direitos Humanos

Estudo da aula 00, das págs. 07 a 29.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144585/aulas/1121007>

Iniciaremos a trilha de Direitos Humanos para o cargo de Promotor de Justiça.

Antes de começarmos o estudo dessa matéria, sugiro que estudem a parte do Direito Constitucional que trata dos tópicos referentes aos **Direitos e Garantias Individuais**.

Adentrando ao tema da aula, entendam o conceito de Direitos Humanos:

Conjunto de faculdades e instituições que, em cada momento histórico, concretizam as exigências de dignidade, liberdade e igualdade humanas, as quais devem ser reconhecidas positivamente pelos ordenamentos jurídicos em nível nacional e internacional.

Do conceito acima, é extremamente importante que vocês entendam o seguinte:

1. Momento histórico, relembrem suas aulas de ensino médio. Recordem a efeméride da Revolução Francesa; de lá também surgiram os conceitos de liberdade, igualdade e fraternidade; e
2. Reconhecimento POSITIVO do Estado.

-> DIREITOS HUMANOS VERSUS DIREITOS FUNDAMENTAIS:

Tenham muito bem delineada a diferença entre os institutos. Isso pode fazer diferença na sua prova discursiva, por isso, não troquem os conceitos!

-> DIREITOS HUMANOS: conjunto de valores e direitos na ordem internacional para a proteção da dignidade da pessoa.

Por falar em ordem internacional, trago um conceito importante da Declaração Universal de Direitos Humanos – DUDH:

A DUDH representa um marco fundamental para os Direitos Humanos.

“Consolida-se o movimento da internacionalização dos direitos humanos, no qual as relações dos Estados com seus nacionais deixam de ter apenas o interesse doméstico e passam a ser de interesse internacional, e definitivamente o sistema internacional deixa de ser apenas um diálogo

entre Estados, sendo a relação de um Estado com seus nacionais uma questão de interesse internacional”

Ou ainda

“As relações dos Estados com seus nacionais deixam de ter apenas o interesse doméstico e passam a ser de interesse internacional, e definitivamente o sistema internacional deixa de ser apenas um diálogo entre Estados, sendo a relação de um Estado com seus nacionais uma questão de interesse internacional”.

-> DIREITOS FUNDAMENTAIS: conjunto de valores e direitos positivados na ordem interna de determinado país para a proteção da dignidade da pessoa.

Em relação à Classificação de Direitos Humanos, o professor aborda as seguintes:

- Teoria do status de Jellinek;
- Classificação do Caso Luth;
- Estrutura dos Direitos Humanos, segundo André Ramos de Carvalho.

Façam uma leitura fluida do conteúdo e tenham especial atenção aos esquemas trazidos na aula.

Assim, a memorização desse tópico será facilitada.

Em relação aos Fundamentos dos Direitos Humanos, saiba que são as razões que legitimam e motivam o seu reconhecimento, quais sejam:

- Fundamento Jusnaturalista;
- Fundamento Racional;
- Fundamento Positivista;
- Fundamento Moral.

FUNDAMENTO JUSNATURALISTA

- Normas anteriores ou divinas e superiores ao direito estatal posto, decorrente de um conjunto de ideias, fruto da razão humana.

FUNDAMENTO RACIONAL

- Normas extraíveis da razão inerentes à condição humana.

FUNDAMENTO POSITIVISTA

- São Direitos Humanos os valores e os juízos condizentes com a dignidade positivados no ordenamento.

FUNDAMENTO MORAL

- Os direitos humanos podem ser considerados direitos morais que não aferem sua validade por normas positivadas, mas diretamente de valores morais da coletividade humana.

Por fim, temos o Fundamento da Dignidade:

“Para fins de prova, devemos ter em mente que a dignidade constitui um valor ético, por intermédio do qual a pessoa é considerada sujeito de direitos e obrigações, que devem ser assegurados para garantir a personalidade, os quais são garantidos pela simples existência.”

Saiba, também, que os direitos humanos possuem uma estrutura normativa aberta, sendo formada principalmente por um conjunto de princípios.

O professor conclui a parte teórica desta aula trazendo a relação ente o Pós-positivismo e os Direitos Humanos.

Este movimento busca a reaproximação entre Direito e Moral, de modo que as normas jurídicas levem em consideração valores e comportamentos éticos.

Assim, esse movimento fortalece os direitos humanos no âmbito interno e internacional.

TAREFA 2

Direitos Humanos

Resolução de 16 exercícios da aula 00.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144585/aulas/1121007>

Daremos início à prática! Resolveremos todos os exercícios da aula nesta tarefa.

Resolva as seguintes questões: 1 a 16.

Não deixe de conferir a resolução e registrar as questões que errou ou ficou em dúvida para ulterior revisão.

Por fim, leia o resumo disponibilizado ao final da teoria.

MATÉRIA: DIREITO ELEITORAL

TAREFA 1

Direito Eleitoral

Estudo da aula 00, págs. 07 a 32.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144570/aulas/1121045>

A aula 00 trata da Introdução ao Estudo do Direito Eleitoral.

Leia rapidamente as considerações iniciais e, em seguida, leia o conceito, atentando-se aos destaques do professor e quadros por ele trazidos.

Após, inicie o estudo das fontes, passando por seu conceito (item 1) e lendo sua classificação. Destaque o quadro ao final deste item.

Em seguida, inicie o estudo do título 3, Competência Legislativa em Matéria Eleitoral e lembre-se:

"A COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO ELEITORAL É PRIVATIVA DA UNIÃO"

Prossiga a leitura com os grifos do professor, finalizando com a questão apresentada.

Passando para o 4 - Resoluções do TSE, leia os trechos transcritos, não se esquecendo de que **"As Resoluções do TSE são fontes formais e diretas do Direito Eleitoral."**

Ainda no tema, tenha em mente os quadros que o professor traz, sua compreensão significa um bom entendimento do que fora estudado.

Passando ao curto tema 5, Medida Provisória Eleitoral, leia rapidamente sobre ele.

Chegando ao 6, Consultas, atenção! Há algumas transcrições, destaques e quadro do professor a serem assimilados.

Concluindo essa etapa, leia celeremente os Conceitos jurídicos indeterminados no Direito Eleitoral (item 7), bastando para o bom entendimento a assimilação ao final.

Iniciando agora um novo tema da aula, vamos aos importantíssimos Princípios de Direito Eleitoral.

Leia sua introdução (1), de boa relevância para a compreensão, concluindo com o resumo ao fim. Em seguida, finalizando esta tarefa, já estude o Princípio da lisura das eleições (2) e o da celeridade eleitoral (3), todos com transcrições legais, doutrinárias e quadros importantes.

TAREFA 2

Direito Eleitoral

Estudo da aula 00, págs. 32 a 58.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144570/aulas/1121045>

Seguindo com a aula 00, iniciemos com o Princípio da anualidade eleitoral, item 4, de enorme relevância. Estude-o com atenção, buscando resolver a questão trazida e lendo integralmente o conteúdo trazido, para firmar um bom entendimento do tema. O quadro que diferencia o Processo Eleitoral do Jurisdicional Eleitoral é ótimo nesse sentido.

Partindo para outro princípio importante, temos o Princípio proporcional e majoritário, item 5, com um resumo elucidativo, junto de uma questão bastante elucidativa.

Leia rapidamente o Princípio da moralidade eleitoral, seguindo para o da soberania popular.

Leia-o com total atenção, visto ele ser, como dito pelo professor, outro princípio basilar da disciplina. Dentre quadros, grifos e transcrições, a leitura é interessante e fácil.

Passando aos Princípios republicano e democrático, leia totalmente o explicado, tendo muito foco no resumo do professor, chegando à questão que vem a seguir, a qual você deve buscar resolvê-la, bem como ler os comentários de cada alternativa.

Após, leia com calma os itens:

8.1 - Forma de Governo;

8.2 - Forma de Estado;

8.3 - Sistema de Governo;

8.4 - Regime de Governo.

Guarde com muita atenção o quadro que resume os quatro temas acima, ele aponta a característica de cada item acima.

Por fim, leia os destaques da legislação e da jurisprudência até o fim.

TAREFA 3

Direito Eleitoral

Resolução de 30 questões da aula 00

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144570/aulas/1121045>

Resolva as questões comentadas de 01 a 30 da aula 00. É importante que a resolução das questões seja acompanhada da leitura dos comentários logo na sequência, de modo que qualquer dúvida seja sanada de imediato, no momento em que surgir.

Por fim, retome as questões que errou e resolva novamente. Caso ainda permaneçam dúvidas sobre algum ponto específico da aula, não conclua esta tarefa sem antes ler novamente as explicações teóricas do Professor na parte teórica do PDF.

MATÉRIA: LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

TAREFA 1

Legislação Institucional

Estudo da aula 00, do tópico 2 ao 2.4.2, inclusive.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144558/aulas/1117686>

Daremos início ao estudo de *Legislação Institucional* para o seu concurso. Essa aula trata, basicamente, sobre a posição do Ministério Público na Constituição Federal e é bastante importante para fins de prova, uma vez que aborda conceitos basilares da disciplina.

Consoante artigo 127 da Constituição Federal de 1988, o Ministério Público é essencial à função jurisdicional do Estado e a ele incumbe a *defesa da ordem jurídica*, do *regime democrático* e dos *interesses sociais e individuais* disponíveis. Importante também sabermos o posicionamento do STF sobre a exigência constitucional de exercício de atividade jurídica.

O tópico *Princípios Institucionais do Ministério Público* é, talvez, o mais importante da aula. Entenda o conceito de *unidade, indivisibilidade e independência funcional* e os posicionamentos das Cortes Superiores a respeito da temática, como por exemplo, o relativo à existência do princípio do *Promotor Natural*.

Com relação às *Garantias Institucionais do Ministério Público*, lembre-se de que elas representam suas autonomias, quais sejam: *autonomia funcional, administrativa e financeira*. É imprescindível sabermos as definições e características de cada uma dessas garantias.

Por fim, finalizando essa primeira parte da aula, temos as Garantias aos membros do Ministério Público, que são divididas em garantias de *liberdade* e em *vedações*. Leia o artigo 128, §5º, I, da CF/88, que elenca as garantias de liberdade. A *vitaliciedade* é adquirida após a transcorrência do período probatório, qual seja, **2 anos** de efetivo exercício do cargo, tendo sido admitido na carreira mediante aprovação em concurso de provas e títulos. Essa garantia assegura ao membro do Ministério Público a perda do cargo somente por sentença judicial transitada em julgado.

A *inamovibilidade*, a qual estabelece que o membro do Ministério Público não poderá ser removido ou promovido, unilateralmente, sem a sua autorização ou solicitação. Já a irredutibilidade de subsídio prevê que o subsídio dos membros do MP não poderá ser reduzido.

TAREFA 2

Legislação Institucional

Estudo da aula 00, do tópico 2.5 até o final da aula; e resolução de 15 questões.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144558/aulas/1117686>

No tópico *Funções Institucionais do Ministério Público*, leia e releia o rol exemplificativo do art. 129 da CF/88. Para complementar o tema, leia também o art. 25 da Lei Orgânica do Ministério Público (Lei nº 8.625/93).

Saiba que novas funções podem ser previstas em nível federal e em nível estadual, inclusive pelas Constituições estaduais e pelas diversas leis orgânicas dos Estados-membros, desde que adequadas à finalidade constitucional do Ministério Público, independentemente de previsão normativa complementar ou ordinária.

Entenda a adoção da *Teoria dos Poderes Implícitos* pelo STF e como se dá a sua execução.

Outra função essencial do Ministério Público consta do artigo 129, III da Constituição Federal, segundo o qual compete ao Ministério Público promover o *inquérito civil* e a *ação civil pública*, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos. Saiba o que são esses dois instrumentos e as suas principais características.

No tópico *Organização do Ministério Público*, temos que memorizar a literalidade do art. 128. I e II da CF/88, que estabelece a organização do MPU e MPEs. Grave também a composição do Ministério Público Eleitoral.

Por fim, estudaremos três figuras: o *Procurador-Geral da República*; o *Procurador-Geral de Justiça* e o *Conselho Nacional do Ministério Público*. Aqui, todas as informações relativas ao período de mandato, subsídio, formas de destituição e atribuições são importantíssimas para fins de prova e devem ser guardadas por você.

Realize as **15** questões a partir da lista sem comentários ao final do PDF. Após, recorra ao comentário do professor naquelas que errar ou ficar em dúvidas, marcando-as para futuras revisões.

TAREFA 3

Legislação Institucional

Revisão da aula 00.

Link: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/144558/aulas/1117686>

Revise, através do seu material, o conteúdo estudado na aula **00** do curso de referência.

Durante a revisão, lembre-se sempre de rever os assuntos que são mais difíceis para você. Geralmente, eles são o motivo de errarmos questões e, conseqüentemente, podem ser o meio pelo qual conseguiremos elevar o nosso patamar de acertos.

Um material que pode auxiliar o processo revisional é a *Marcação dos Aprovados*, disponível na Área do Aluno para a maioria dos nossos Cursos. Nele, você poderá realizar uma validação dos seus grifos através de um material previamente grifado por um aprovado em concursos da sua área.

Por último, não se esqueça de cumprir essa tarefa de revisão com empenho, aproveitando o momento para refazer as questões que tiver errado (ou ficado em dúvida), quando da primeira abordagem da matéria.

ESCLARECENDO!



- 1 As Trilhas Estratégicas são meras **sugestões** de estudo com base em determinado objetivo (área de concurso, concurso específico ou perfil). O aluno deve ficar livre para que possa segui-la à risca ou fazer adaptações para o seu próprio estilo e rotina de estudo.
- 2 Os **professores** do Estratégia, ao elaborar os seus materiais, possuem o objetivo de ensinar todo o conteúdo exigido pelo edital programático do concurso, além de estabelecer uma sequência ideal de estudo do ponto de vista pedagógico e considerando que o aluno terá tempo de estudar todo o seu material.
- 3 Já os **organizadores**, ao elaborar as Trilhas Estratégicas, possuem o objetivo de fazer o aluno estudar o conteúdo de acordo com um determinado custo x benefício, porém muitas vezes fugindo da recomendação didática de estudo proposta pelos professores para que os alunos possam fazer um estudo direcionado.
- 4 Como dizemos sempre: o ideal é estudar todos os assuntos, revisar tudo, fazer muitos exercícios de todos os assuntos e chegar na prova bom em todos os assuntos também. Entretanto, são poucos aqueles alunos que dispõem de tempo para isso!
- 5 Nosso objetivo aqui é sugerir uma sequência de estudos baseada na **experiência de** aprovados em diversos concursos para que possamos dar orientações e maiores chances de aprovação aos alunos.

Esperamos que tenha gostado!

Bons estudos!

Aguardamos você no **Telegram**.

Guilherme Carneiro de Rezende
Alex Fadel

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.